

**Entre Vítima e Herói: Pensando a mobilização de discursos e narrativas
produzidos por políticos e instituições em relação a morte de policiais no estado do
Rio de Janeiro¹**

Luciano Lombardi Puccini Junior

UFF/RJ

Palavras-Chave: Vítima; Herói; Polícia.

INTRODUÇÃO²

O contexto político no qual a pesquisa que dá origem a este artigo se insere é de inúmeras críticas à academia, em especial à Universidade pública, a defensores dos Direitos Humanos e a certos grupos da mídia. Essas críticas mobilizam um discurso acusatório que pressupõe que esses setores se “interessam” mais pela vida do “criminoso” do que do policial, pelo fato do primeiro ser visto enquanto “vítima social” e o policial enquanto agente repressor do Estado. A partir desse pensamento, inflamado por alguns legisladores, o policial não é apenas colocado como a “verdadeira vítima”, mas também como a única dentro desse invólucro (mídia, opinião pública, crime, pesquisadores). Tomando esse discurso como ponto de partida e foco de indagação, as discussões aqui apresentadas surgiram a partir do acompanhamento de Audiências

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Este artigo traz algumas reflexões e análise sobre resultados de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC) orientada pela Professora do Departamento de Antropologia (UFF) Dra. Lucía Eilbaum, durante o período de 2019 a 2021, cujo tema faz parte e foi desenvolvido juntamente com o projeto “De vidas e mortes: etnografias sobre moralidades, justiça e direitos humanos” associado ao subprojeto “Conflitos, Moralidades e Justiça” inserido no INCT-InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflito) e elaborado no âmbito do GEPADIM, coordenado pelas professoras Dra. Lucía Eilbaum e a Dra. Flávia Medeiros, que resultou no meu trabalho de conclusão de curso “Entre Vítima e Herói: A mobilização de discursos e narrativas produzidos por políticos e instituições em relação à morte de policiais no estado do Rio de Janeiro”.

Públicas sobre Segurança Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), tendo como objetivo buscar entender ações e discursos em relação às mortes violentas de agentes policiais no Estado do Rio de Janeiro. A metodologia então empregada foi baseada no trabalho de campo, que consistia em estar sempre presente nas audiências públicas e debates na ALERJ em torno da Segurança Pública, bem como estabelecer interlocuções com os atores presentes. Muitas dessas audiências eram marcadas por coletivos e moradores de favela que pressionavam o poder público a dar um “basta na violência policial”. Nessas audiências estavam reunidos deputados, representantes de instituições policiais e representantes dos coletivos, em especial os familiares (principalmente, mães) de jovens e/ou crianças vítimas dessa violência. Nesses momentos eram publicitados os problemas enfrentados por essas pessoas, em especial moradores de favelas e periferias, jovens, pobres e negros, e podia-se ver que os policiais presentes, alguns inclusive atuais legisladores, tinham uma forma de pensar as “Operações” nas comunidades não apenas diferente dos moradores locais, mas também em contraposição (ou confronto) com as visões colocadas pelos primeiros (EILABUM, 2021). Os debates em torno dessas questões se revelaram de extremo interesse para pesquisa antropológica, para entender como as pessoas, sobretudo os policiais ou envolvidos com a polícia, como deputados pautados no tema da segurança pública e a favor de mais investimento bélico nas corporações, estão pensando e pautando o tema publicamente. Esses discursos postos em contraste foram propícios para entender o ponto de vista daqueles que falavam nas audiências, já que, não eram meras opiniões individuais, mas sim representações de um coletivo e/ou instituição a qual se pertence. Com a frequência nas audiências públicas, foi possível a maior circulação pela ALERJ e a realização de mais interações, se tornando mais fácil o reconhecimento de sua estrutura física, salas, locais de audiência e gabinete dos deputados, sendo possível identificar quem eram os parlamentares que atuavam como porta vozes da corporação e de como eles se organizaram junto ao poder público para atenderem suas demandas seja no endurecimento no combate ao crime até a deliberação de recursos para policiais vitimados.

Nesse contexto, o trabalho em questão tem como objetivo buscar entender ações e discursos em relação às mortes violentas de agentes policiais no Estado e o processo através do qual eles são definidos dentro da categoria de “vítima” e/ou “herói”, na mídia, instituições públicas e principalmente por políticos de diferentes orientações

ideológicas, relacionando o discurso proferido com as informações obtidas sobre as mortes de policiais. Para tanto, apresento e analiso dois casos de repercussão (EILBAUM e MEDEIROS, 2017) que geraram impacto nas redes sociais, na Assembleia Legislativa e no noticiário. Desse modo optou-se pela análise da categoria “herói” enquanto categoria nativa por ser amplamente usada dentro da corporação por policiais e simpatizantes. Já a categoria “vítima” foi analisada a partir do referencial teórico de autores especializados no assunto, diferente de vitimização que é uma categoria técnica utilizada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), por exemplo, para se referir ao policial que tenha sofrido alguma violência que leve a morte, ferimento, suicídio, ou afastamento por danos psicológicos.

A ideia de vítima começa a ser mais utilizada entre o século XIX e o século XX para designar as vítimas de guerra que antes eram apenas militares, mas que com o desenvolvimento bélico começou a afetar também os civis, principalmente mulheres e crianças (WIEVIORKA, 2003). Ao final da Segunda Guerra muitas homenagens foram feitas às vítimas do pós-guerra. No entanto, conforme destacam alguns autores, não se deu a atenção particular ao caso dos judeus que sofreram com o holocausto, sendo iniciado o processo dessa reparação a partir dos anos 60 e ganhado mais força nos anos 80-90 (CHAUMONT, 2000). Segundo esse autor, esse silenciamento aos judeus causou mais danos do que uma possível exposição das atrocidades por eles sofridas, o que gerou comoção e permitiu a inauguração de museus e monumentos como formas de memória daquilo que nunca mais deve se repetir. Chaumont (2000) entende a reparação aos judeus como um dos motivos de uma mudança sócio histórica sobre o conceito de vítima que passa a ganhar espaço na esfera pública tal qual o surgimento e consolidação da “Vitimologia” como disciplina. Dessa forma, hoje em dia existem cada vez mais demandas para que as vítimas sejam indenizadas pelo que sofreram. Desse modo é preciso levar em consideração a mudança sócio histórica para o sentido da palavra vítima, apontada em diversos trabalhos sobre o tema (WIEVIORKA, 2003; SARTI, 2011; FASSIN, 2016; GATTI, ZENOBI e MARENTES, 2020).

Portanto, analisarei essa categoria do ponto de vista da construção social e moral que mobiliza discursos que contribuem com a sua produção. Entendendo que tais mecanismos devem ser mais vastos, compreende-se que o processo de se tornar vítima ocorre com o encontro entre as vítimas e os vitimizadores, sendo os segundos aqueles que possuem a disposição e capacidade, não apenas intelectual e moral, como também

estrutural, desde computadores, impressoras, escritório, aparato jurídico legal até a capacidade de movimentar e organizar manifestações, produzir debates, propor projetos de lei, para legitimar a figura da vítima (YANNICK, 2018). Evidentemente que nesse processo há disputas de sentidos, de memória, de dores e sofrimentos pela legitimidade e reconhecimento da categoria, mas também disputas de poder. Portanto neste trabalho pensa-se a categoria de vítima policial enquanto política e não jurídica, analisando-a como um produto social e político de um conjunto de operações sociais e morais que desenvolvem formas de lutar pelo reconhecimento a partir dos danos físicos, psicológicos e morais (ZENOBI e MARENTES, 2020).

O HERÓI E A VÍTIMA

A partir de março de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus tive que adotar uma nova metodologia, e são os dados obtidos nessa mudança metodológica do trabalho de campo que faço minhas reflexões neste artigo. Inicialmente, como disse, comparecendo às Audiências Públicas e acompanhando os políticos no presencial tive de começar a realizar o acompanhamento das redes sociais de personalidades e instituições ligadas direta ou indiretamente à Segurança Pública como, por exemplo, os perfis do Instagram do Deputado Coronel Salema³(PSD), do Deputado Marcelo Freixo⁴(PSB), da Deputada Major Fabiana⁵ (PSL), da jornalista Roberta Trindade⁶e do perfil da Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro (ABHRJ)⁷ e demais perfis institucionais da PMERJ. Acompanhei estes perfis através da minha conta pessoal no Instagram de modo que a visualização de postagens relacionadas ao tema se tornou diária, confundindo-se com a utilização da ferramenta nas horas de lazer, o que proporcionou uma maior imersão na pesquisa virtual, o que Laura Graziela e Débora Leitão (2017) chamam de “etnógrafo stalker”, aquele que acompanha os perfis nas redes

³Deputado Estadual do Rio de Janeiro seu mandato é voltado para atender as necessidades das corporações de Segurança Pública, um dos Deputados mais ativos da Alerj quando se trata de propostas e projetos.

⁴Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro conhecido por sua batalha parlamentar contra as milícias e por atuar em defesa dos Direitos Humanos, também realiza políticas públicas para os policiais e está sempre comentando sobre a segurança pública do Rio.

⁵Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, é uma policial militar da reserva remunerada da PMERJ e política brasileira. Filiada ao Partido Social Liberal, atualmente é deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro.

⁶Roberta Trindade é jornalista e assessora do Deputado Coronel Salema, acompanha com regularidade casos de vitimização policial.

⁷A Associação Beneficente Heróis do Rio de Janeiro é uma entidade civil fundada por membros das forças de Segurança do Rio de Janeiro para dar suporte financeiro e médico não apenas para policiais vitimados em serviço como também para seus familiares.

sociais de pessoas e instituições reais que convergem no mundo online e offline⁸. Desse modo entrei na rotina das publicações diárias feitas pelos perfis que na maioria das vezes não estava relacionada com o assunto da pesquisa como, por exemplo, posts sobre futebol, churrasco com os amigos, entre outros. As publicações das instituições policiais eram muito volumosas de modo que dificultava a análise. Seus *posts*⁹ geralmente traziam fotografias de policiais ajudando os moradores e fotos da silhueta de policiais sob o nascer do sol com frases de apoio e reverência à instituição que está sempre “cuidando da sua população”. Tudo isso estava dentro da rotina dos perfis e páginas. Assim, o que se tornou interessante e digno de nota foram as vezes em que houve uma mudança na rotina. Quando havia casos de violência policial ou de violência contra o policial, era como se os perfis tivessem combinado comentar sobre o mesmo assunto, o *feed*¹⁰ mostrava em grande volume publicações sobre a notícia polêmica seguida da opinião do perfil. Foram estes os casos que me interessei para a pesquisa sendo os casos que fugiam da rotina e que analisarei neste artigo. A reverberação dos casos foi interessante para debater quais valores e moralidades são acionados para serem usadas política e moralmente. Assim, para compreender quando são mobilizadas as categorias “vítima” e “herói” optou-se pela análise de dois casos de repercussão, entendendo “repercussão” como uma categoria analítica referente a um processo que se inicia a partir de um acontecimento que vai sofrendo transformações que constroem um “caso” que percorre vários âmbitos de comunicação- mídias - e administração de conflitos – polícia, Ministério Público, judiciário, chamando atenção para os efeitos e impactos diversos que um caso pode vir a provocar em diferentes âmbitos de intervenção (EILBAUM;MEDEIROS, 2017). Os casos referem-se à morte do Cabo Cardoso ocorrida em 2020 e à morte de um policial civil no episódio que ficou conhecido como Chacina do Jacarezinho em 2021, casos que causaram uma enorme movimentação nos perfis acompanhados no Instagram. Todos os perfis seguidos para a finalidade da pesquisa fizeram um ou mais *posts* sobre os acontecimentos, cada qual expondo seu ponto de vista moral e político sobre o caso. Por estes motivos decidi

⁸Laura Graziela tem um vasto trabalho sobre o jogo online “Second Life” onde o jogador assume outra personalidade que diverge da sua realidade, no entanto há casos em que a personalidade converge com a do mundo real.

⁹Palavra de origem inglesa para se referir a qualquer conteúdo (imagem, áudio ou vídeo) publicado em alguma plataforma da internet. Postagem é a versão portuguesa da palavra post.

¹⁰Fluxo de conteúdo que permite rolagem. O conteúdo é exibido em blocos de aparência semelhante que se repetem um após o outro.

descrever estes dois casos a fim de analisar duas categorias recorrentes no campo, “vítima” e “herói”.

CASO “CABO CARDOSO”

No dia 4 de dezembro de 2020, o Cabo da PMERJ, Derinaldo Cardoso dos Santos, foi baleado ao atender uma ocorrência de tentativa de assalto a uma loja no centro da cidade de Mesquita, na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Algumas horas após o crime, os jornais já noticiavam o ocorrido divulgando as imagens das câmeras de segurança da loja, que registraram o momento exato em que ele foi atingido na cabeça. As imagens são fortes, mostram o Cabo Cardoso entrando na loja com sua arma em punho, acompanhado de um outro policial militar, que estava com um fuzil. Os dois homens que tentaram assaltar a loja, um de blusa branca e o outro de blusa azul, aparecem esquivando-se entre as prateleiras. Ao se aproximar das portas de entrada e saída da loja, o homem de blusa branca saca a arma de sua cintura e se escondendo atrás de uma estante consegue passar por trás do Cabo Cardoso, efetuando um disparo de curta distância em sua cabeça. Nesse momento, os dois assaltantes fogem da loja, enquanto o PM permanece caído no chão. Mais tarde, naquele mesmo dia, o homem que aparece nas imagens de camisa azul foi preso como um dos suspeitos de ter participado da ação. O policial chegou a ser socorrido em estado gravíssimo, passou por uma cirurgia de emergência, mas morreu no dia seguinte no Hospital Geral de Nova Iguaçu. O caso ganhou destaque midiático instantaneamente e o vídeo foi replicado em diversos sites e programas de notícias e perfis de redes sociais. A repercussão se manteve ao longo de dias, com a veiculação de diversas matérias com atualizações do caso, como por exemplo, o sepultamento, a apreensão da arma utilizada no crime, a prisão e denúncia dos suspeitos e até entrevista com a mãe de um deles. O Cabo Cardoso, como ficou conhecido, era uma figura ativa nas redes sociais. Depois de sua morte vários dos seus vídeos viralizaram nas redes. O mais “famoso” (compartilhado pelos sites de jornais de notícias e perfil da PM) foi gravado pelo cabo dois meses antes. Nesse ele está dentro da viatura fardado e lamenta a morte de um sargento, colega de serviço, após ser baleado durante uma operação policial. No vídeo ele diz:

“Quando nós entramos na Polícia Militar nós juramos sacrificar nossas vidas em defesa da sociedade, em defesa de cidadãos que não nos conhecem e cidadãos que em muitas das vezes nos criticam, mas isso

não diminui a dor, não diminui o sentimento de perda, toda vez que perdemos um irmão de farda, estamos de luto, mas continuamos na luta, apoie o trabalho da polícia militar, estamos nas ruas por você.”

O perfil oficial da PMERJ no Twitter escreveu cerca de seis tweets sobre a morte e o sepultamento do Cabo Cardoso, com fotos dele fardado com as hashtags “luto”, “CB Cardoso” e “Herói”. Sobre o sepultamento publicou os dizeres “Todos os policiais militares em serviço pararam para prestar continência ao ‘Herói’ que dedicou sua vida em prol da sociedade fluminense”, junto com fotos dos policiais em posições de continência. A repercussão também ocorreu na esfera política. Três dias após a morte do policial, no dia 7 de dezembro de 2020, os deputados Anderson Morais (PSL) e Charles Batista (Republicanos) protocolaram um projeto¹¹ para entrega *post mortem* da Medalha Tiradentes¹² ao Cabo Cardoso. A proposta de concessão da Medalha foi rapidamente atendida e já no dia 15 de dezembro de 2020 ela foi concedida. Na justificativa, os proponentes afirmam que a homenagem seria uma forma de “reconhecimento da Alerj à atuação heróica do policial em defesa da sociedade”. Antes disso, em 10 de dezembro de 2020, o jornal Diário do Rio publicou¹³ que a deputada Renata Souza (PSOL), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (CDDHC/ALERJ), recebeu a viúva do Cabo Cardoso. A deputada informou que apresentaria um projeto de lei que visa oferecer atendimento psicológico às famílias de policiais mortos em serviço. O projeto complementaria outro proposto por ela que já foi aprovado e oferece atendimento psicológico aos policiais. Ela também destacou que a CDDHC/ALERJ já estava oferecendo atendimento jurídico à família do Cabo e disse: “É lamentável que ser policial é estar em risco permanente no Rio de Janeiro. É inconcebível uma família viver em tensão por poder perder seu ente

¹¹ O DIA, Jornal. Deputados propõem Medalha Tiradentes 'post mortem' para PM morto em assalto em Mesquita: Parlamentares protocolaram projeto para homenagear o cabo Derinaldo Cardoso, assassinado durante um assalto em loja da Casa & Vídeo. O Dia, Rio de Janeiro, 7 dez. 2020. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/12/6042000-deputados-propoem-medalha-tiradentes-post-mortem-para-pm-morto-em-assalto-em-mesquita.html>>. Acesso em: 2 de junho de 2021.

¹² A Medalha Tiradentes é considerada a maior honraria do Estado do Rio de Janeiro e concedida pela ALERJ.

¹³ LUCENA, Felipe. Renata Souza recebe família do cabo Cardoso e anuncia projeto para apoiar famílias de policiais: A proposta de lei será complementar a outra lei que Renata Souza (PSOL) já conseguiu aprovar e que assegura acompanhamento psicológico aos policiais. Diário do Rio, Rio de Janeiro, 10 dez. 2020. Segurança. Disponível em: <<https://diariodorio.com/renata-souza-recebe-familia-do-Cabo-cardoso-e-anuncia-projeto-para-apoiar-familias-de-policiais/>>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

querido simplesmente porque ele exerce sua função profissional. Por isso, defendemos uma política que trabalhe com prevenção e inteligência e não com o confronto. Nossa meta é sempre preservar vidas. ”O Deputado Federal Marcelo Freixo (PSOL)¹⁴ lamentou a morte do policial em sua conta no Twitter e seu post foi alvo de “Fake News”. Percebe-se que o intuito de quem adulterou a frase era mostrar que Freixo por ser de um partido de esquerda estaria defendendo o assassino do policial, quando ele estava demonstrando seus sentimentos à família do Cabo.

Figura 1 - Print do tuíte do Freixo em seu Instagram



Fonte: Marcelo Freixo, 2021

Para finalizar o Deputado Marcos Muller (PHS) concedeu moção de louvor e aplausos à Polícia Militar, em especial ao 14ºBPM, pelos serviços prestados aos policiais que participaram da prisão do suspeito responsável pelo tiro que matou Cardoso. Cabe destacar que os posicionamentos públicos sobre o caso da Deputada Renata Souza e do Deputado Marcelo Freixo, ambos na época do PSOL, evidenciam a repercussão do caso para além de um certo espectro político tradicionalmente próximo da instituição policial. Em especial por se tratar de políticos atuantes nos respectivos mandatos, na Comissão de Direitos Humanos da ALERJ e no acolhimento de familiares de vítimas de violência do Estado. Ao mesmo tempo, a imediata produção de uma *Fake News*¹⁵ em reação à postagem também evidencia a disputa nos posicionamentos e sentidos em torno à repercussão do caso.

¹⁴Na época estava no PSOL.

¹⁵Notícia Falsa.

CASO “INSPETOR ANDRÉ”

No dia 6 de maio de 2021 uma operação da Polícia Civil no Jacarezinho, na Zona Norte do Rio, resultou na maior chacina até esse momento do Estado do Rio de Janeiro, totalizando ao mesmo 28 pessoas mortas, das quais vinte e sete eram civis e uma era um policial civil que participava da ação. De acordo com a instituição, o inspetor André Leonardo de Mello Frias foi alvejado com um tiro na cabeça no início da incursão, após descer do Caveirão¹⁶ para tirar uma barricada que impedia a passagem do blindado. A operação ganhou repercussão imediata. Inicialmente imagens dos policiais em ação e de homens armados em fuga pulando pelas lajes das casas foram transmitidas ao vivo por telejornais locais, e posteriormente tiveram alcance nacional e internacional com o desenvolvimento da situação. A repercussão midiática pode ser entendida pelo fato da “Operação Exceptis”, ou Chacina do Jacarezinho, representar a operação policial mais letal na história do Rio e pelas denúncias que surgiram concomitante à ação. Pelas redes sociais moradores do Jacarezinho relataram abusos e execuções cometidos pelos policiais e instituições e coletivos se manifestaram e mobilizaram em denúncia do acontecido.

Em contrapartida, na coletiva de imprensa organizada pela PCERJ logo após a ação, os delegados que participaram da coletiva afirmaram que “o único executado foi o inspetor André, todos os demais mortos teriam reagido contra a polícia” e negaram qualquer abuso¹⁷. A coletiva de imprensa foi o ponto inicial para uma justificativa pública da ação policial e para a disseminação da versão policial, que serve de base para a narrativa que nega a classificação de chacina e genocídio e apresenta os policiais como as vítimas legítimas que merecem “a fúria da sociedade”, como colocado pela jornalista Roberta Trindade sobre o acontecido.

A repercussão midiática se manteve ao longo dos dias, os jornais noticiaram por dias seguidos diversas matérias com diferentes enfoques e eventos. O enterro do policial também foi noticiado e acompanhado por jornalistas, fotos exibiram momentos do sepultamento aos telespectadores. Ao entrevistarem parentes e colegas de trabalho,

¹⁶ Veículo blindado para o transporte de militares durante incursões em áreas de “risco”.

¹⁷SANTOS, Eliane e SATTRIANO, Nicolás. Polícia nega execuções no Jacarezinho e critica ‘ativismo judicial’: ‘Falta de operação dá péssimo resultado’, diz delegado. G1 Rio. 6 de maio. 2021. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/entrevista-coletiva-operacao-jacarezinho.ghtml>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

expuseram-se as qualidades de “bom filho e padraço” do inspetor. Algumas reportagens informaram que pelo menos 500 pessoas, entre amigos, policiais e parentes, acompanharam o enterro. Um helicóptero da Polícia Civil sobrevoou o cemitério e despejou pétalas sobre a sepultura¹⁸. Em discurso durante o sepultamento, o secretário de Polícia Civil elogiou a ação da polícia na ocasião e afirmou que o setor de inteligência da instituição identificou que todos os “suspeitos” mortos eram criminosos e concluiu dizendo que a morte dele “não foi em vão”. Nas redes sociais, políticos também se manifestaram sobre o acontecido, seja em defesa ou homenagem ao policial morto, seja em denúncia da “chacina” do Estado:

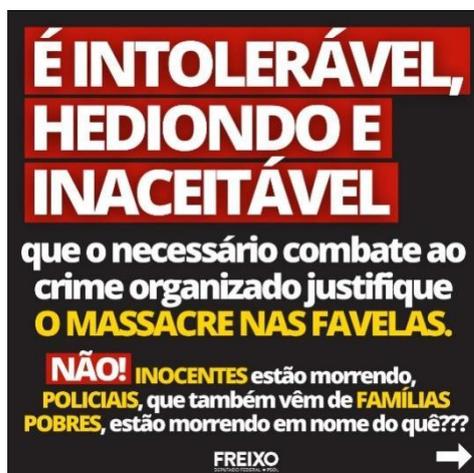
“Minha continência ao inspetor André Frias, da DCOD - Delegacia de Combate às Drogas, que tombou no exercício da função, defendendo a sociedade do crime organizado durante incursão na Favela do Jacarezinho, na manhã desta quinta-feira, dia 6 de maio de 2021. Aos Familiares e amigos, meus sinceros sentimentos.” Coronel Salema, em sua postagem no Facebook.

“O número de mortos no massacre no Jacarezinho ainda não parou de subir. São até agora 29 mortos. O fato é que a polícia mata primeiro para identificar depois. Sequer sabemos nomes de todos os mortos, mas criminalizam a favela inteira. Covardia, genocídio, chacina! Basta!” Renata Souza print do Twitter no Instagram.

“Mesmo armados e em fuga, a mídia os trata como “homens” e não bandidos. Se morrem em confronto com a polícia, são tratados como vítimas da violência policial. A sociedade precisa acordar e se posicionar.” Post do Twitter da Deputada Major Fabiana. Aproximadamente um mês após a operação, um ato em memória aos 28 mortos foi realizado por moradores da comunidade e representantes da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ.

¹⁸CAMPBELL, Tatiana. Enterro de policial morto tem aplauso e salva de tiros: 'Não foi em vão'. Uol, Rio de Janeiro, 7 de maio. 2021. Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2021/05/07/enterro-de-policial-morto-tem-apluso-e-salvade-tiros-nao-foi-em-vaio.htm>>. Acesso em: 23 maio de 2021.

Figura 2 - Post do Freixo em seu Instagram criticando a Operação Policial que causou a chacina no Jacarezinho



Fonte: Marcelo Freixo, 2021

Lideranças comunitárias e familiares idealizaram a construção de um memorial pelo não esquecimento das vítimas, incluindo o policial civil. A viúva do policial manifestou repúdio à inclusão do nome do marido no memorial, justificando que “seria um insulto à memória do nome dele inserir seu sacrifício neste monumento com nome de suspeitos e traficantes”.

OS CASOS

Ambos os casos possuem semelhanças e diferenças que definiram o modo como foram guiados os discursos e narrativas sobre suas mortes, tal qual a categoria que se enquadraram de “vítima” ou de “herói”. Os dois são policiais e foram mortos em serviço, tinham família e morreram antes de efetuarem disparos, pelo que constam as informações. No caso do Cabo Cardoso, ele era um policial no seu horário de serviço atendendo uma ocorrência de assalto com reféns numa loja. Além de estar defendendo os civis ali contidos defendia também a propriedade privada, sendo a única vítima resultante no incidente. Desse modo a imagem do herói se mostrava muito mais favorável nessa situação, uma vez que, ele estava defendendo os valores propostos pela instituição policial e em grande medida pelo sistema social e econômico atual, a vida e a propriedade. O fato de ter sido morto sem ter chance de se defender com o tiro a queima a roupa foi visto por seus pares como um ato de “covardia da bandidagem”, pois em

condições mais favoráveis o Cabo teria “neutralizado” o sujeito, o que reforça sua qualidade de herói, pois não esperaria que alguém lhe daria um tiro por trás. Essa posição colocou sua morte como ocorrendo em defesa da sociedade de “criminosos amorais”¹⁹ e o tornou um símbolo que reúne valores e moralidades defendidos pela instituição policial de acordo com a narrativa de herói (SIRIMARCO, 2017a, 2017b). Nesse sentido, é compreensível que tenha recebido a Medalha Tiradentes, tenha sido motivo para proposta de um projeto para dar assistência para familiares de policiais vitimados e tenha sido homenageado como “herói” por vários segmentos políticos, pois para uns ele representa como a polícia deve ser e para outros como a polícia é.

No caso do Inspetor Frias os fatos que rodearam a sua morte foram de extrema violência. Após o policial ser baleado houve uma troca de tiros que resultou na morte de 27 moradores da comunidade do Jacarezinho, muitos dos quais nem tiveram seus nomes divulgados e nem a comprovação de que estariam envolvidos com o tráfico ou no confronto, sendo, como disse uma das operações mais letais e polêmicas da história do Rio. Desse modo a figura do Inspetor não cabia automaticamente dentro da categoria de herói. Muitos lamentaram sua morte, no entanto não teve o mesmo reconhecimento que o Cabo Cardoso, visto que, o inspetor foi uma vítima fatal de uma operação, enquanto o cabo faleceu defendendo pessoas e a propriedade, um dos deveres da polícia. Assim ao invés de ser feito um trabalho de martirização do inspetor, com a entrega de medalhas e a criação de projetos de lei, teve de ser feito um trabalho de vitimização, isto é, de transformá-lo em vítima (YANNICK, 2018), mudando o discurso de herói e defensor da sociedade para vítima de criminosos, como podemos ver nos comentários (figura 2) do Deputado Marcelo Freixo (PSB) associando a morte do Inspetor à política de combate ao crime organizado, que não mata apenas pessoas inocentes, mas também policiais, ou seja, ambos são vítimas desse confronto direto. Já no discurso da Deputada Major Fabiana (PSL) em seu post no twitter seria um “absurdo” que os mortos na chacina sejam tratados como vítimas e não bandidos. Ainda em outro post ela lamenta a morte do Inspetor, o que pode ser entendido que, na visão da Deputada, a única vítima do confronto foi o Inspetor André Frias. Assim, a intenção das narrativas é marcar que o Inspetor foi uma “vítima” seja da política de combate ao crime seja de “bandidos”.

¹⁹Termo utilizado por alguns policiais e operadores do Direito para se referir a sujeitos sem moral, no sentido de que não teriam capacidade racional e intelectual de distinguirem o que é moralmente certo ou errado.

O DILEMA POLICIAL: ENTRE A VÍTIMA E O HERÓI

Esses guerreiros tombam as centenas, mas sua bravura e heroísmo jamais são reconhecidos, raríssimos os governadores e secretários de segurança pública que vão ao enterro de seus policiais, a população levada pelo preconceito por formadores de opinião se voltam contra eles. (...). Como observa o sociólogo José de Souza Martins, o policial de rua é obrigado a enfrentar o crime de arma em punho e não de uma sala refrigerada da USP é como um médico num campo de refugiados ou em meio a uma epidemia letal, se trabalhar só pelo dinheiro ele iria embora para casa, pois não há salário que pague sua vida permanentemente em risco. Sobre os riscos que a polícia corre, qualidade de vida, escala, promoções que tem que ser colocadas em prática, aqui não foi falado nada, apenas dito controle, controle e mais controle. Policial tem que ser tratado como herói, principalmente num país como o Brasil em que os números de homicídio chegam a 63.000 por ano segundo dados do IPEA, para compensar os riscos da profissão precisa ter certeza que ao tombar no campo de batalha a sociedade irá cultuá-lo como herói diante de sua família enlutada e o bandido que o matou será severamente punido.

Essa fala foi proferida pelo Deputado Estadual Márcio Gualberto (PSL) durante a primeira Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania sobre “Operações Policiais: Como garantir o Estado Democrático de Direito” organizado pela Deputada Estadual Renata Souza (PSOL) em 2019, presidente da Comissão, a pedido do “Fórum da Maré” formado por moradores e coletivos sociais do Complexo insatisfeitos com as operações policiais repentinas e o uso de helicópteros que efetuam disparos a esmo sobre a população. O Deputado Márcio Gualberto (PSL) participou na sua qualidade de vice-presidente da Comissão, integrando a mesa principal. Foi o último a fazer seu discurso e o mesmo causou uma certa comoção no público que, majoritariamente, tinha se posicionado criticamente à ação violenta da polícia. Em seu discurso, em um tom alto e forte de voz, o deputado falou sobre o heroísmo policial e sua desvalorização por certos segmentos da sociedade.

Em muitos dos dados aqui apresentados o policial é tido como um herói, característica a qual é apresentada como intrínseca aos membros da corporação por estarem expostos a diversos perigos cotidianamente, não terem um salário compatível com o serviço prestado, não terem estrutura adequada e nem boas condições de

trabalho, convivendo assim com a falta de equipamentos de segurança, cargas horárias extenuantes e tendo que lidar com situações estressantes as vezes de vida ou morte. Tais problemas não são desconhecidos da população e daqueles que querem se tornar policial, fator que demonstraria, conforme discursos já expostos, que todos os policiais são heróis, pois não trabalham só pelo dinheiro, mas sim com o intuito de transformar e proteger a sociedade o que levam alguns a cometerem atos de bravura estando dispostos a se ferirem ou até morrerem em confrontos. No entanto, a questão é que alguns policiais são mais heróis que os outros, isto é, a narrativa de herói não será construída para todos os policiais mortos ou feridos, mas apenas em casos que expressam moralidades difundidas e legitimadas pela instituição. Nesse sentido, a categoria nativa se refere a modos de comportar dignos do “ser policial” e estes são levantados como exemplos para outros, como o Cabo Cardoso, demonstrando que o policial quer ser valorizado, reconhecido por suas ações não apenas por seus pares, mas pela sociedade.

Já o policial enquanto vítima possui outro sentido. Primeiro é preciso esclarecer a noção de vítima trabalhada nesta pesquisa que não é a de “vítima clássica” comum nas tragédias gregas em que após grande sofrimento se alcança a redenção, pois nesse sentido esta vítima também é considerada herói, desse modo preferiu-se trabalhar com uma noção de vítima contemporânea que é uma vítima política que busca no sofrimento, físico, psíquico ou moral uma forma de reivindicação de seus direitos (GATTI e MARTÍNEZ, 2017). Para tanto é necessário que seja reconhecida enquanto vítima, mas este reconhecimento não se dá de forma natural. É preciso que seja construído social e coletivamente passando por um processo de vitimização (ZENOBI e MARENTES, 2020) em que é preciso mobilizar uma série de elementos para tornar-se uma figura política. Portanto, o uso desta categoria para se referir aos policiais mortos geralmente se mobiliza quando se quer contrapor às vítimas de violência policial, como podemos ver no caso do Inspetor André Frias, considerado por alguns parlamentares como única vítima da Operação em exclusão ou desconsideração das outras pessoas mortas. Assim, essas categorias são usadas na busca por espaço político. As duas categorias aqui analisadas – herói e vítima- possuem sentido ambíguo, e são utilizadas em contextos diferentes atuando nesse sentido como moralidades situacionais (EILBAUM, 2012).

Do ponto de vista analítico nem toda vítima é herói e nem todo herói é vítima quando se trata da polícia do Rio de Janeiro, visto que são escolhidos aqueles casos cuja

narrativa terá maior impacto para a repercussão dos valores da instituição. No entanto, ambas as categorias são utilizadas quando se quer rebater críticas feitas à corporação, porém com sentidos diferentes. Na primeira, o relato de heroísmo ressalta a missão a ser alcançada, uma missão que não se resumiria à simples execução do trabalho policial ou se quer à instituição, mas à “defesa da sociedade”. O sacrifício e a oferenda são valores centrais (SIRIMARCO, 2017a, 2017b). Na segunda, a morte que eleva o policial à vítima se trava na disputa antagônica por sentidos morais, mas também políticos que disputam valores, recursos e espaços no que é apresentado como um cenário de “guerra” (EILBAUM, 2021). Nele, só aparecem como vítimas aqueles que são “abatidos” pelo inimigo, acompanhando a lógica militarizada que impregna a segurança pública no Rio de Janeiro (KANT DE LIMA, 1996; MIRANDA, 2014; MUNIZ e PROENÇA, 2007; MUNIZ; 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou demonstrar como os discursos que pairam sobre a morte de policiais, sejam eles como heróis ou de vítimas, são impulsionados politicamente de modo que é preciso escolher qual categoria se quer abordar para que se possa obter maior ganho de capital político (BOURDIEU, 1989) seja por parte de parlamentares seja por parte de membros das forças de segurança. Existe assim uma disputa entre os termos para se conseguir visibilidade e alguma forma de reconhecimento sendo por parte de eleitores, por parte do Estado e por parte da sociedade. É possível então pensar a mobilização dessas categorias a partir do entendimento de que existe uma invasão dos sentimentos e sofrimentos no espaço público em que se busca mobilizar a compaixão e a emoção como sentimentos morais nas políticas contemporâneas, o que Fassin (2003) chama de governo humanitário. Portanto vítima e herói podem ser vistas como categorias morais que buscam a compaixão, pois, segundo o autor, o que estaria em jogo são as políticas de piedade e não as políticas de justiça. Nessa linha, o foco seria mais nas desgraças individuais ao invés de se pensar políticas públicas, já que, uma das reivindicações dos agentes de segurança pública é a valorização e o reconhecimento da atividade policial por parte da população e governantes, e não por direitos e melhores condições de trabalho.

Nesse contexto, os próprios policiais desenvolveram formas de organização para suprir a ausência do estado como, por exemplo, a partir da Associação Brasileira de

Heróis do Rio de Janeiro. Desse modo aquilo que Fassin (2003) chama de governo humanitário vem de uma linguagem que relaciona valores e afetos que servem tanto para definir como para justificar práticas do governo dos homens. Assim, este trabalho visou demonstrar como essas categorias morais são mobilizadas politicamente em um discurso que mais do que reivindicar direitos e cidadania, se vale da produção de vítimas e heróis, a partir das dores físicas e morais que eles podem sofrer, mas não reivindicar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: *O poder simbólico*. Lisboa/RJ: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 163-202.

CHAUMONT, J. M. Du cultedeshéros à laconcurrencedesvictimes. In: *Criminologie*, Volume 33, Número 1. Montreal: Printemps, 2000, (167–183).

EILBAUM, Lucía. “De Direitos, Vítimas e Humanos: Moralidades e Categorias em Disputa em torno da ‘Violência de Estado’”. Paper. Seminário A Moral em questão, IFCS/UFRJ, agosto 2021.

EILBAUM, Lucía. "O bairro fala": conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. São Paulo: Hucitec, 2012.

EILBAUM, Lucía e MEDEIROS, Flávia. Entre rotinas, temporalidades e moralidades: a construção de processos de repercussão em dois casos etnográficos. In: LIMA, Roberto Kant de; EILBAUM, Lucia; MEDEIROS, Flávia. Casos de repercussão: perspectivas antropológicas sobre rotinas burocráticas e moralidades. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017 (15-42).

FASSIN, Didier. Introducción: El Gobierno Humanitario. In: *La Razón Humanitaria: Una historia moral del tiempo presente*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016 (9-32).

FASSIN, DIDIER. Governar por corpos, políticas de reconhecimento para os pobres e os imigrantes na França. In: *Cuadernos de Antropología Social* N° 17, pp. 49-78, 2003.

GATTI, Gabriel e MARTÍNEZ, María. El campo de las víctimas. Dissensos, consensos e imaginarios compartidos en nacimiento del ciudadano-víctima. In: *Um Mundo de Víctimas*, 1ª Edição. Barcelona: Anthropos, 2017, (73-90).

GOMES, L. G. F. F.; LEITÃO, D. Etnografia em Ambientes Digitais: Perambulações, Acompanhamentos e imersões. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v.42, p. 41-65, 2017.

KANT DE LIMA, Roberto. “A Administração dos Conflitos no Brasil: A Lógica da Punição”, in G. Velho & M. Alvito (orgs.), *Cidadania e Violência*, Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. *Fórum Sociológico*, v. 25, p. 11-22, 2014.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. A Crise de identidade das Polícias Militares: Dilemas e Paradoxos da Formação. *Security and Defense Studies Review*, v. 1, p. 187-198, 2001.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JÚNIOR, Domicio. Forças Armadas e Policiamento. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 1, p. 48-59, 2007.

SARTI, Cynthia. “A vítima como figura contemporânea”. In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, Jan./Abr. 2011.

SARTI, Cynthia. “A vítima como figura contemporânea”. In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, Jan./Abr. 2011.

SIRIMARCO, Mariana. El relato del “caído en cumplimiento del deber”: cuando la falla se vuelve gloria. In: *“Sobre héroes y tumbas”. Sacrificio, heroísmo y martirio en las fuerzas de seguridad*. Buenos Aires: Editorial Godot, 2017a (32-48).

SIRIMARCO, Mariana. “O Cume dos Heróis”: a escrita emotiva de um relato policial. In: *Intersecções* v. 19 n. 1. Rio de Janeiro, 2017b (129-149).

YANNICK, Barthe. “Elementos para una sociología de la victimización” (“Elementos para uma sociologia da vitimização”. E Theophilos Rifiotis y Jean Segata (Comps). *Políticas etnográficas no campo da moral*. Porto Alegre: UFRGS. 2018.

WIEVIORKA, Michel. L'émergence des victimes. In: *Redalyc*, Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29700302>> .Acesso em: 31 mar. 2021.

ZENOBI, D. e MARENTES M. Panorama sobre la producción social de las víctimas contemporáneas. In: *Movilización de víctimas y demandas de justicia en la Argentina contemporánea*, 1ª Edição. Buenos Aires: Teseo Press, 2020, (67-100).